

CNJ mobiliza Justiça Federal para enfrentar crise prisional com BNMP



Um grupo de servidores e magistrados da Justiça Federal começou a ser treinado nesta quinta-feira (5/4), em Brasília, na operação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), que vai ajudar o Judiciário a enfrentar a crise prisional.

A ferramenta digital desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dará mais celeridade ao julgamento de réus presos e irá aliviar a pressão sobre o superlotado sistema carcerário, que está em péssimas condições de manutenção e ameaçado pela expansão das facções criminosas. O BNMP tem previsão para entrar em operação nos tribunais até o fim de maio próximo.

Embora a população prisional varie de acordo com a fonte da informação, estima-se que falem no Brasil aproximadamente 350 mil vagas, segundo o Ministério da Justiça, enquanto pelo menos 210 mil pessoas aguardam julgamento na prisão, de acordo com levantamento feito pelo CNJ em 2017.

A superlotação e a precariedade do sistema penitenciário brasileiro levaram o Brasil a responder a interpelação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Para reverter o quadro crítico, até sexta-feira (6/4) juízes auxiliares da Presidência e servidores do CNJ capacitarão os responsáveis pelo acompanhamento das penas nas seções da Justiça Federal localizadas nos Estados (primeira instância) e nos tribunais regionais federais (segunda instância). Oficinas semelhantes já foram realizadas em 23 tribunais estaduais.

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juíza federal Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Apoio:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

A nova plataforma, que funciona integralmente em ambiente virtual, modernizará a justiça criminal ao padronizar procedimentos administrativos e processuais: uma das funcionalidades é criar alertas pré-programados para evitar que magistrados deixem os processos de réus presos sem julgamento.

UNIFORMIZAÇÃO

Outra medida efetiva é a numeração única de peças processuais, como mandados de prisão, guias de recolhimento e alvarás de soltura. A uniformização vai racionalizar o trabalho das varas de execução penal. Assim, terão mais eficiência os mutirões que analisam a situação penal dos presos e permitem que a Justiça reconheça direitos devidos por lei, como o benefício da progressão ao regime semiaberto, por exemplo.

Funpresp-Jud publica demonstrativos contábeis anuais 2017

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) publicou no sítio eletrônico os demonstrativos contábeis referentes ao ano de 2017. Informações sobre patrimônio, despesas administrativas e arrecadação de contribuições fazem parte dos demonstrativos aprovados pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, auditados pelo Grupo Maciel - Auditores Independentes, que emitiu parecer sem ressalvas. Todos os cálculos atuariais foram realizados pela consultoria Mercer Gama.

A Fundação possui, desde 2016, o Painel de Transparência e Governança. Trata-se de ferramenta de comunicação de resultados que compartilha informações usando visualização e interação com indicadores por meio da tecnologia de Business Intelligence. O painel apresenta a série histórica, desde 2013, com panorama geral sobre participantes, patrocinadores, patrimônio, receitas (contribuições) e despesas. O sistema está disponível para qualquer participante, membros de órgãos de governan-

Segundo a juíza coordenadora do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Maria de Fátima Alves, as novas funcionalidades resolverão um problema antigo dos tribunais.

“Quando o CNJ realizava mutirão carcerário em parceria com um Tribunal de Justiça, muitas vezes o tribunal não conseguia separar os processos de preso provisório e do condenado. O mutirão não alcançava o seu objetivo porque o tribunal não tinha controle do seu acervo processual. A listagem de presos do tribunal não correspondia à lista da administração prisional”, afirmou a magistrada, que ministrou a parte teórica do treinamento.

CADASTRO

Além de modernizar as rotinas produtivas da justiça criminal, o BNMP vai dar ao País um diagnóstico inédito e permanente da população carcerária. O Cadastro Nacional de presos terá dados pessoais e relativos ao processo de cada indivíduo que vive em uma unidade prisional. Até o momento, 23 Estados iniciaram o cadastramento de suas populações prisionais e cerca de 110 mil presos já foram registrados no sistema. Roraima, Goiás e Sergipe foram as primeiras unidades da Federação a incluir 100% de seus presos no cadastro.

Fonte: TRF1

ça, órgãos de fiscalização ou qualquer cidadão.

Esse ano, o Painel está sendo modernizado, com a criação de Relatórios Dinâmicos da Contabilidade, dentre outros projetos focados em resultados para os participantes e patrocinadores.

O patrimônio da Entidade passou de R\$ 93,150 milhões em 2016 para R\$ 173,951 milhões em 2017. O compromisso de atuar com responsabilidade e parcimônia nos gastos para seu funcionamento tem dado resultados expressivos de redução ano a ano. Em 2016, foram gastos R\$10,484 milhões, contra R\$9,255 milhões no ano passado.

A Funpresp-Jud continua com as adesões em ascendência de um ano para outro. O reflexo disso pode ser observado no aumento da arrecadação de 2016 para 2017, que praticamente dobrou, de R\$ 41,354 milhões para R\$ 71,917 milhões.

Para saber todas as informações em tempo real, acesse o Painel de Transparência e Governança.

Fonte: Funpresp-Jud

Via Legal: Negativação indevida do nome gera direito à indenização



Manter o nome limpo na praça é o objetivo da maioria dos brasileiros, porém nem sempre isso é possível. Mais da metade das famílias iniciou 2018 com contas atrasadas e o nome incluído no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

O Via Legal desta semana traz a história de um homem que, mesmo sem dívidas, foi surpreendido com o nome negativado e descobriu que teve os documentos clonados. Recorrendo ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o requerente conseguiu provar que não fez o financiamento e foi indenizado.

Produzido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em parceria com os Tribunais Regionais Federais, o programa é exibido nas TVs Cultura, Justiça, Brasil, além de em outras 19 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista à programação também pela internet: <http://www.youtube.com/programaviaregional> e www.youtube.com/cjf.

TV Justiça: 11 de abril (quarta), às 21h; 12 de abril (quinta), às 12h (reprise); 14 de abril (sábado), às 21h (reprise); 15 de abril (domingo), às 16h (reprise), e 17 de abril (terça), às 12h (reprise); TV Cultura: 15 de abril (domingo), às 6h30, e TV Brasil: 15 de abril (domingo), às 6h.

Fonte: TRF1

Aniversariantes

Hoje: Nancy de Souza Leão Santos (13ª Vara), Ramon de Souza Matos (Vitória da Conquista), Betânia Ribeiro Moreira (Feira de Santana), Naira Souza Passos (NUASG), Iago Gabriel Silva Martins (Guanambi) e Simone Conceição Silvestre (CS Gestão & Serviço).

Amanhã: Tatiana Menezes Pereira (2ª Vara), Diocélia Rodriguez Martins Goulart (NUCOD), Izilda Leite Borges (Biblioteca), Ney Moreira Dias (8ª Vara), Elizabeth Dantas Seixas (Vitória da Conquista), Juliana Pimenta Passos (14ª Vara), Maria de Fátima Riccio Gomes Motta (DIREF), Carlos Meneses Oliveira (23ª Vara) e Rosemere Santos Gomes (Jequié).

Parabéns!